



Câmara dos Deputados



Propostas

Deputada Federal PSOL/RS

Luciana Genro



PSOL
Partido Socialismo e Liberdade

Brasília - 2010



Câmara dos Deputados

Luciana Genro

Deputada Federal PSOL - RS

PROPOSTAS

*Atuação parlamentar da Deputada Federal
Luciana Genro*

**CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÕES
BRASÍLIA - 2010**

SUMÁRIO

1 - APRESENTAÇÃO - pág. 7

2 - PRINCIPAIS PROJETOS DA DEPUTADA LUCIANA GENRO - pág. 8

3 - OUTRAS INICIATIVAS LEGISLATIVAS - pág. 12

3.1 - Relatorias de Projetos - pág. 12

3.2 - Emendas ao Orçamento da União e para o aumento do Salário Mínimo - pág. 13

3.3 - Relatório paralelo na CPI da Crise do Sistema de Tráfego Aéreo - pág. 13

3.4 - Pedido de suspensão do pagamento da convocação extraordinária - pág. 13

4 - PROPOSTAS APRESENTADAS NA COMISSÃO ESPECIAL DA CÂMARA SOBRE A CRISE ECONÔMICA - pág. 14

5 - PROPOSTAS APRESENTADAS NA COMISSÃO ESPECIAL DA REFORMA TRIBUTÁRIA (PEC 233) - pág. 19

6 - COMBATE À CORRUPÇÃO - pág. 22

7 - APOIO À CRIAÇÃO DE FRENTES PARLAMENTARES - pág. 24

8 - POR UMA AUDITORIA DA DÍVIDA PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL - pág. 25

Expediente

Redação e edição: Leticia Heinzemann (Reg. Prof. 12793)

Colaboração: Rodrigo Ávila

Capa: H. Scotte - Argos

Projeto gráfico, editoração e diagramação: Argos Comunicações

1- APRESENTAÇÃO

Ao longo dos meus dois mandatos de deputada federal, apresentei muitas propostas. Algumas foram materializadas em projetos de lei ou relatórios, outras foram apresentadas na forma de documentos, entregues aos mais diversos fóruns de discussão e deliberação, como a Comissão Especial destinada ao exame e avaliação da crise econômica mundial no que se refere a serviços e emprego e a Comissão da Reforma Tributária, das quais fui membro titular. Como são quase oito anos de trabalho, neste levantamento acabei deixando de fora muitas coisas, principalmente as dezenas de emendas a projetos de lei do governo ou de outros parlamentares. Mas acredito que o resumo que apresento neste Caderno é bastante ilustrativo do trabalho que desenvolvi e das lutas que travei junto com os demais companheiros dos PSOL.

As vitórias no Parlamento não foram muitas. Aqui, estamos num terreno muito mais favorável aos que defendem os interesses dos grandes grupos econômicos, aos que são subservientes aos governos ou aos que participam do balcão de negócios. Como não me enquadro em nenhuma dessas “categorias”, enfrentei uma pedreira. Mas não me arrependo. Defendi e seguirei defendendo os trabalhadores, os humildes, os jovens que sonham, os idosos que não desistem dos sonhos, homens e mulheres que ainda acreditam que vale a pena ensinar aos filhos que é errado roubar, como sempre diz a presidente nacional do PSOL, Heloísa Helena. Só posso concluir agradecendo a todos e todas que colaboraram nesta caminhada: aos militantes do PSOL que me ajudam a levar essas propostas para a população e à equipe do mandato, particularmente a Rodrigo Ávila, por sua competência e dedicação. Um agradecimento especial à minha querida amiga Heloísa Helena, com quem aprendi muito ao longo desses quase oito anos de convivência, e também ao nosso presidente estadual, Roberto Robaina, um incansável incentivador e responsável por grande parte do sucesso desses nossos dois mandatos na Câmara Federal. Um obrigada muito especial a ti, que está lendo este Caderno e prestigiando o nosso trabalho.

Que o sol siga brilhando cada vez mais forte!

Abraços,

Luciana Genro

2- PRINCIPAIS PROJETOS DA DEPUTADA LUCIANA GENRO

8

Proposição	Objetivo
Proposta de Emenda Constitucional 223/2003	Inclui como competência exclusiva do Congresso Nacional a autorização para operações financeiras garantidas pela União.
Proposta de Emenda Constitucional 207/2003	Impede que membros de poder público (como parlamentares e juizes) reajustem seus vencimentos em índices superiores aos concedidos ao conjunto dos servidores.
Proposta de Emenda Constitucional 267/2004	Inclui como princípio educacional a gestão democrática da educação, e não apenas do ensino público; altera a Constituição Federal de 1988.
Projeto de Lei 4641/2004	Agrava a pena para os crimes de corrupção, considerando-os como crime hediondo.
Projeto de Lei 3558/2004	Reduz de 13% para 5% a percentagem das receitas estaduais e municipais comprometidas com o pagamento da dívida com a União.
Projeto de Lei 4660/2004	Estende os benefícios da Lei nº 8632, de 4 de março de 1993, que “concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais punidos por motivação política”, aos membros de CIPAs - Comissões Internas de Prevenção de Acidentes.
Projeto de Lei 4336/2004	Propõe a criação de fundo - composto por 4% das verbas gastas em publicidade pelas faculdades particulares - para financiar exclusivamente a criação e a ampliação de cursos noturnos nas universidades públicas.
Projeto de Lei 4834/2005	Isenta de punição o aborto provocado por médico quando o feto é portador de anencefalia comprovada por laudos independentes de dois médicos.
Proposta de Emenda Constitucional 463/2005	Possibilita a autoconvocação popular para realização de plebiscito através do qual uma parcela significativa do eleitorado nacional - 1% - poderá solicitar que todo o corpo eleitoral tome posição sobre determinado fato ou situação.

9

Proposição	Objetivo
Projeto de Lei Complementar 355/2006	Garante recursos para as instituições federais de ensino superior, no que se refere a despesas de pessoal e encargos, custeios e capital, assistência estudantil, expansão e fomento.
Projeto de Lei 6922/2006	Define a composição do Conselho Nacional de Educação (de forma a dotá-lo de ampla representação da sociedade) e altera suas atribuições.
Projeto de Lei 6923/2006	Amplia o acesso aos cursos nas instituições de ensino superior públicas, e garante subvenções necessárias à permanência dos estudantes (material pedagógico, alimentação em restaurantes universitários, subsídios para transporte, moradia estudantil).
Proposta de Emenda Constitucional 538/2006	Autoriza estados e municípios a fixarem percentual maior que o mínimo constitucional para o desenvolvimento do ensino, e extingue imediatamente a DRU - Desvinculação das Receitas da União nas áreas de saúde e educação.
Projeto de Lei 6988/2006	Fixa limite máximo para os gastos nas campanhas eleitorais.
Requerimento 1600/2007	Requer criação de Comissão Especial para a PEC 393/2005, de autoria da senadora Heloísa Helena, que garante a obrigatoriedade e gratuidade da educação infantil para crianças de zero a seis anos de idade.
Projeto de Lei Complementar 259/2007	Estabelece limites ao pagamento da dívida pública e ao prejuízo do Banco Central do Brasil, condicionando essas despesas à realização de auditoria da dívida pública prevista na Constituição.
Projeto de Lei Complementar 144/2007	Estabelece que o local onde será devido o ISSQN nas prestações de serviços de seguros será o município do segurado.

Proposição	Objetivo
Projeto de Lei 1147/2007	Determina a obrigatoriedade, para o licenciamento de obra ou atividade utilizadora de recursos ambientais efetiva ou potencialmente poluidoras e empreendimentos capazes de causar degradação ambiental, da realização do balanço de emissões (assimilação e liberação) de gases do efeito-estufa.
Projeto de Lei 4531/2008	Duplica o período máximo de concessão do Seguro Desemprego.
Projeto de Lei 4551/2008	Proíbe quaisquer demissões sem justa causa, em todo território nacional, pelo período de seis meses.
Projeto de Lei 3107/2008	Revoga a lei que isenta do Imposto de Renda os ganhos dos estrangeiros com a dívida interna.
Projeto de Lei 3092/2008	Obriga processo seletivo transparente para contratação de empresas fornecedoras de serviços e produtos à administração pública.
Projeto de Lei 3091/2008	Revoga privilégios tributários das empresas: a “Dedução de Juros sobre Capital Próprio” e a isenção de lucros ou dividendos distribuídos aos sócios.
Projeto de Lei 3090/2008	Aumenta para 30% a alíquota da CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para os bancos.
Projeto de Lei 3089/2008	Reajusta e reformula a Tabela Progressiva Mensal do Imposto de Renda, aliviando a classe média e tributando adequadamente os muito ricos.
Projeto de Lei Complementar 277/2008	Regulamenta o Imposto sobre Grandes Fortunas.
Projeto de Lei Complementar 272/2008	Confere mais transparência e controle da população sobre a utilização dos recursos públicos.

Proposição	Objetivo
Projeto de Lei Complementar 2958/2008	Exige que os recursos oriundos do Fundo Partidário sejam aplicados, observando os princípios da moralidade, eficiência e publicidade; proibindo o pagamento de bebidas alcoólicas e a aquisição de bens ou serviços de luxo ou voluptuários com recursos do Fundo.
Projeto de Resolução 120/2008	Determina a disponibilização, em tempo real, das informações pormenorizadas sobre a Verba Indenizatória do Exercício Parlamentar.
Projeto de Decreto Legislativo 1378/2009	Revoga a anistia a entidades filantrópicas irregulares ou com pedidos indeferidos, como no caso da ULBRA.
Projeto de Lei 6933/2010	Regulamenta a profissão de instrutor de artes marciais.
Projeto de Lei 6873/2010	Proíbe a demissão imotivada de empregados públicos.
Projeto de Lei 6991/2010	Determina a obrigatoriedade da nomeação de candidatos aprovados em concurso público pelo menos no limite das vagas fixadas no edital.
Projeto de Lei 7016/2010	Prevê punição e mecanismos de fiscalização contra a desigualdade salarial entre homens e mulheres.

3- OUTRAS INICIATIVAS LEGISLATIVAS

3.1 - RELATORIAS DE PROJETOS

Projeto de Lei (PL) nº 7362/2006 - Concede adicional de periculosidade aos carteiros.

PL 3669/2008 - Garante creches nos presídios femininos.

PL 3777/2008 - Concede anistia a policiais militares grevistas.

PL 123/07 - Autoriza cirurgia plástica gratuita para mulheres vítimas de violência.

PL 7204/06 - Cria a UNIPAMPA - Universidade Federal do Pampa, no Rio Grande do Sul.

Mensagem 50/02 - Estabelece gratuidade de visto para estudantes entre Brasil e Argentina.

PL 7501/06 - Cria o Fundo Nacional de Assistência ao Estudante de Nível Superior.

PL 7420/06 - Dispõe sobre a qualidade da educação básica.

PL 6266/05 - Isenta de Imposto de Renda o recebimento de pensão alimentícia e assegura aos idosos a gratuidade na utilização de banheiros públicos.

PL 3712/08 - Inclui como dependente, para fins de Imposto de Renda, o companheiro homossexual do contribuinte.

PL 3959/08 - Cria estrutura para funcionamento da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres.

PL 4207/08 - Estabelece o funcionamento de cooperativas nos presídios.

PL 254/07 - Institui obrigatoriedade de seguro para eventos recreativos.

PL 176/07 - Veda cobrança de taxa de vestibular para alunos de escolas públicas.

PL 688/99 - Concede benefício tributário para a contratação de funcionários com mais de 50 anos.

3.2 - EMENDAS AO ORÇAMENTO DA UNIÃO E PARA O AUMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO

Todos os anos, a deputada Luciana Genro apresenta emendas ao Orçamento, reivindicando o fim do superávit primário (a reserva de recursos para o pagamento da dívida pública), com a destinação dos recursos para as áreas sociais prioritárias, como saúde e educação. A cada ano, essa “economia” chega a cerca de R\$ 100 bilhões, dinheiro que faz muita falta para o povo, e acaba nas mãos de especuladores e bancos.

Luciana também apresenta todos os anos emendas aos projetos do governo que definem o valor do salário mínimo. As emendas buscam cobrar a promessa do presidente Lula de dobrar o poder de compra do salário mínimo em seu primeiro mandato. Para tanto, o mínimo deveria estar hoje em R\$ 664. Importante ressaltar também que, de acordo com o Art. 7º, IV, da Constituição Federal, é direito do trabalhador o salário mínimo capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família, com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social.

3.3 - RELATÓRIO PARALELO NA CPI DA CRISE DO SISTEMA DE TRÁFEGO AÉREO

A deputada Luciana Genro teve participação importante nessa CPI, ocorrida no contexto de caos nos aeroportos e graves acidentes aéreos, cujas verdadeiras causas o governo procurou abafar. O Voto em Separado apresentado pelos deputados do PSOL mostrou a responsabilidade dos órgãos de governo na crise, principalmente, do Comando da Aeronáutica, que ao invés de corrigir os problemas preferiu prender e punir os controladores de voo, que ousaram denunciar as deficiências do sistema. O PSOL recomendou o indiciamento de integrantes do Comando da Aeronáutica, da diretoria da Infraero, da ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil e da companhia TAM, mas o governo preferiu pedir o indiciamento dos controladores, embora depois tenha voltado atrás.

Em novembro de 2008, o inquérito da Polícia Civil de São Paulo sobre o acidente da TAM em Congonhas mostrou que Luciana tinha razão: indiciou diretores de Infraero, ANAC e TAM, com base no laudo do IC - Instituto de Criminalística.

3.4 - PEDIDO DE SUSPENSÃO DO PAGAMENTO DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

A deputada Luciana Genro, junto com a senadora Heloísa Helena e outros parlamentares do PSOL, protocolaram em fevereiro de 2006, na Justiça Federal de Brasília, pedido de suspensão do pagamento da segunda parcela referente à convocação extraordinária do Congresso Nacional. Foi concedida liminar e, depois desse episódio, a Câmara votou o fim da remuneração extra durante as convocações extraordinárias.

4 - PROPOSTAS APRESENTADAS NA COMISSÃO ESPECIAL DA CÂMARA SOBRE A CRISE ECONÔMICA

- Impedimento às demissões

Quando as empresas apresentam lucros extraordinários - como foi o caso do setor de *commodities* agrícolas e minerais nos últimos anos -, apenas embolsam esses ganhos. Mas quando a demanda internacional desaba, a crise é “dividida” com seus funcionários, que são demitidos como primeira ação na tentativa de evitar maiores prejuízos. De dezembro de 2008 a fevereiro de 2009, isso ficou bem claro no Brasil: 800 mil vagas de emprego foram cortadas, de acordo com dados do Caged. Assim, percebemos que é necessário estabelecer normas que impeçam os empresários de demitir nesses momentos, de modo que as empresas também arquem com os custos das crises.

Propomos a aceleração da votação (por regime de urgência) do Projeto de Lei 4551/2008, de autoria de Luciana, que proibiria quaisquer demissões sem justa causa, em todo território nacional, pelo período de seis meses.

Outra proposta que deveria ser votada urgentemente pela Câmara era a duplicação do prazo de duração do Seguro Desemprego, pleiteado pelo Projeto de Lei 4531/2008, também de Luciana.

São propostas que, se aprovadas pelo Parlamento, poderiam ajudar a reverter o quadro de explosão de desemprego, insegurança e desamparo das famílias dos trabalhadores.

- Fim do fator previdenciário e aumento das aposentadorias

O fim do fator previdenciário poderia garantir de forma fixa aumento nos ganhos dos aposentados. Isso estimularia a economia, pois eles teriam maior poder de compra e assim consumiriam mais; e abriria mais vagas no mercado de trabalho, já que muitos aposentados seguem trabalhando para reforçar sua aposentadoria. Outra medida fundamental nesse contexto seria o aumento no valor das atuais aposentadorias, exatamente com o objetivo de estimular o consumo.

Propõe-se urgência na votação do PL 3299/2008, de autoria do senador Paulo Paim, que extingue o fator previdenciário. Também se propõe urgência para os PLs 1/2007, com emenda do senador Paim (que estende aos aposentados que recebem acima do salário mínimo o mesmo índice de reajuste do mínimo), e 4434/2008, que recupera o valor das atuais aposentadorias.

- Regulamentação do sistema financeiro, redução dos juros básicos e perdão de dívidas dos empréstimos consignados

A Constituição de 1988 previu, em seu artigo 192, a regulamentação do setor financeiro. Isso jamais foi implementado. Se aproveitando, os bancos privados não cumprem sua função básica de destinar a poupança dos brasileiros para empréstimos ao setor produtivo a juros e prazos razoáveis. O Brasil possui a maior taxa básica de juros do mundo! E os bancos cobram taxas bem superiores à básica para emprestar a pessoas físicas ou jurídicas. Até os “empréstimos consignados”, cujo pagamento é garantido aos bancos por meio do desconto no contracheque, paga juros altíssimos.

Uma razão pela qual os bancos cobram juros tão altos é por que podem. Eles também ganham os juros mais altos do mundo emprestando ao governo. É por isso que os bancos brasileiros apresentam seguidos recordes de lucratividade. Em contexto de crise, alegam que fica mais arriscado emprestar, e assim aumentam ainda mais as taxas e dificultam os empréstimos.

Infelizmente, os bancos públicos (Banco do Brasil e CEF, principalmente), que deveriam dar o exemplo e emprestar a juros baixos - forçando a redução de juros no mercado -, também cobram juros altíssimos. As empresas estatais, em geral, são forçadas a cumprir metas de superávit primário, sendo que seus dividendos (distribuídos ao Tesouro) são, por lei, destinados ao pagamento da dívida pública.

O sistema financeiro nacional deve alterar seu modo de funcionamento para garantir que a poupança dos brasileiros - gerida atualmente pelos bancos privados - vá para o financiamento de pessoas e empresas a juros baixos, contrabalançando os efeitos da crise. A estatização do sistema financeiro deve ser uma alternativa, até porque os fatos recentes ocorridos nos países do Primeiro Mundo desmentem a tese de que isso seria absurdo.

Já os empréstimos consignados deveriam ser revistos para determinadas classes de renda mais baixas, com redução ou até mesmo anulação das dívidas dos pequenos consumidores, que já pagaram várias vezes a mesma dívida devido aos juros altíssimos.

Propõe-se que a Comissão apresente projeto de lei complementar no sentido de regulamentar o sistema financeiro, e alterar a composição do Comitê de Política Monetária, de modo que os representantes dos trabalhadores tenham maioria e poder de decisão. Outro projeto de lei deve ser apresentado para revisar o crédito consignado.

- Fim ou redução do superávit primário

Dinheiro deve ser investido em saúde, educação, moradia, segurança e meio ambiente, e não ir para os especuladores

Em 2009, o governo federal destinou ao pagamento da dívida pública 36% do Orçamento. Isso sem nem considerar os gastos com o chamado “refinanciamento”, pagamento de amortizações por meio da emissão de novos títulos. No mesmo ano, destinou menos de 5% para a saúde, menos de 3% para a educação e menos

de 0,3% para a reforma agrária. O orçamento público está totalmente equivocado e precisa ser reformulado para passar a atender primeiro às necessidades básicas da população, e não a pouquíssimos especuladores e bancos, que detêm os títulos da dívida pública.

A redução dos gastos com a dívida permitiria investimentos vultosos nas áreas sociais, gerando emprego e renda para a população. O Estado precisa investir pesado em áreas fundamentais da economia, que garantem geração de emprego e atendimento dos direitos básicos da população, tais como habitação, saneamento, reforma agrária, construção de hospitais, escolas... O governo também precisa contratar servidores, especialmente, médicos - para equipes de saúde preventiva, principalmente - e professores, aumentar seus salários e melhorar suas condições de trabalho.

Propomos a revisão do Orçamento Público, de modo a eliminar ou reduzir significativamente o superávit primário, e aumentar o gasto social.

- Auditoria da Dívida Pública

A dívida interna já superou a marca de R\$ 2 trilhões, enquanto a dívida externa atingiu US\$ 282 bilhões no final de 2009! Como chegamos a isso se o Orçamento Público até prioriza o pagamento da dívida no lugar dos direitos básicos da população e da geração de empregos? Quanto já pagamos dessa dívida? Será que ainda devemos?

O estabelecimento de juros usurários sobre os títulos das dívidas externa e interna fez com que já tenhamos pago a mesma dívida várias vezes. Portanto, é necessário efetuar uma auditoria para identificarmos o que realmente devemos. Diante da crise financeira global, os credores (bancos e especuladores) exigem prazos mais curtos e juros mais altos para conceder novos empréstimos, o que pode levar a uma crise da dívida. Então, é fundamental que o governo questione os pagamentos da dívida antes de aceitar imposições.

Recentemente, o Equador realizou uma auditoria oficial de sua dívida, com a participação da sociedade civil. Como resultado, anulou unilateralmente 70% de sua dívida com os bancos privados internacionais. Portanto, é possível aos governos atuarem de forma soberana em relação ao endividamento, sem medo da chantagem diária dos mercados e de seus instrumentos, como o “Risco País”.

Em 2007, a deputada Luciana Genro criou a Frente Parlamentar pela Auditoria da Dívida Pública e, em novembro de 2008, propôs e presidiu Audiência Pública na Comissão de Finanças e Tributação com representantes de vários países da América Latina, para divulgar a auditoria equatoriana.

Pouco depois, em dezembro de 2008, foi criada a CPI da Dívida, proposta pelo deputado Ivan Valente. Essa CPI, instalada em agosto de 2009, tem de investigar efetivamente o endividamento, e recomendar a anulação das dívidas ilegítimas.

- Reforma agrária, crédito e incentivo para os trabalhadores do campo

Neste momento de crise e desemprego, a geração de novos postos de trabalho no campo é fundamental. Apesar do Brasil possuir 371 milhões de hectares

de solos agricultáveis, apenas 41 milhões são efetivamente cultivados com lavouras. Os estabelecimentos brasileiros de até 10 ha são 49,43% e, a despeito de possuírem apenas 2,23% da área total, empregam 40,71% do pessoal ocupado na agropecuária no país, enquanto 2,22% dos estabelecimentos, a despeito de possuírem 56,47% da área total, empregam apenas 6,87% desse pessoal. Isso tem que mudar radicalmente, de modo a gerar maior equidade e emprego no campo.

A agricultura familiar no Brasil é responsável por 76,9% dos postos de trabalho, 85,2% dos estabelecimentos agrícolas e 37,9% da produção, mesmo consumindo apenas 25,3% dos financiamentos agrícolas e 30,5% da área total. A agricultura familiar é a que mais gera empregos e mais produz, e consome menos crédito e terras! Também é a agricultura familiar a principal responsável pela produção de alimentos para consumo interno, respondendo por nada menos que 52% do leite, 58,5% de suínos, 40% de aves e ovos, 57,6% da banana, 72,4% da cebola, 67,2% do feijão, 83,9% da mandioca, 48,6% do milho e ainda 30,9% do arroz.

Portanto, a política agrícola no Brasil deveria realizar a reforma agrária e priorizar os recursos públicos para o atendimento à agricultura familiar, o que seria um forte indutor de empregos no campo.

- Contra o financiamento privado das campanhas eleitorais. Por uma Reforma Política democrática e transparente

Propomos que o Parlamento aprove uma Reforma Política que preveja o financiamento público de campanhas, a eliminação das cláusulas de barreira e o fim dos sigilos bancário, fiscal e telefônico dos parlamentares.

- Construção massiva de moradias populares

Diante da crise, o Estado deve aumentar investimentos públicos altamente geradores de emprego, como no setor da construção. Atualmente, o país possui um déficit habitacional de 8 milhões de moradias, além de 12 milhões com deficiências em infraestrutura. Nada melhor para combater a crise econômica do que um amplo programa de construção de casas populares, que empreguem milhões de trabalhadores num grande mutirão nacional e acabe com a falta de lares.

Isso não acontece porque o país continua destinando a maior parte dos recursos públicos para o pagamento da dívida. Em 2009, foram gastos com juros e amortizações da dívida pública R\$ 380 bilhões, dinheiro suficiente para a construção de 19 milhões de casas populares, a um custo unitário de R\$ 20 mil, que praticamente acabaria com todo o déficit habitacional brasileiro.

A Medida Provisória 459/2009, que cria o programa “Minha Casa Minha Vida”, prevê a construção de apenas 1 milhão de casas, número muito aquém do necessário. E o pior é que não há prazo definido, possibilitando que, apesar de toda a propaganda, nem sequer esse pequeno patamar se torne realidade. Além do mais, o programa não prioriza adequadamente as famílias com até três salários mínimos, onde se encontra 90% do déficit habitacional brasileiro.

Propõe-se que a Câmara altere a referida MP 459/2009, aumentando radicalmente seu escopo e estabelecendo prazos factíveis, porém curtos, dada a urgência do problema.

- Fim do monopólio da grande mídia. Democratização das comunicações

O monopólio da grande mídia impede, por exemplo, que a população conheça as verdadeiras causas da crise e, por consequência, as respectivas soluções. Prova disso é que muitas das propostas apresentadas neste documento são geralmente apontadas pela imprensa como absurdas, ou inexecutáveis, tais como o impedimento às demissões, a extinção do superávit primário, a auditoria da dívida, reforma agrária massiva etc.

Propomos ao Parlamento a revisão das concessões das grandes redes de TV, impondo maior controle da sociedade sobre as mesmas, e incentivo a construção e organização de rádios comunitárias sem fins lucrativos.

- Controle sobre o fluxo de capitais

O processo de endividamento, junto com a livre mobilidade dos capitais financeiros internacionais, funcionam como uma eterna “chantagem” aos governos e povos. Se há qualquer alteração na política econômica que prejudique o capital, o mercado logo retalia, exigindo juros mais altos e prazos mais curtos para os títulos da dívida, ou simplesmente retirando seus recursos do país, o que desestabiliza a taxa de câmbio e a economia em geral. A saída abrupta dos capitais financeiros também ocasiona a evaporação das reservas cambiais, obtidas a custo altíssimo, uma vez que o Banco Central tem comprado dólares de reservas às custas da emissão de títulos da dívida interna.

Mesmo que os governos façam tudo para agradar o capital financeiro - políticas de superávit primário, altas taxas de juros, privatizações e outras reformas neoliberais -, num momento de crise este capital busca, de qualquer forma, fugir dos países em desenvolvimento para investir em aplicações consideradas mais seguras, como títulos do governo norte-americano, ou cobrir prejuízos que tiveram em seus países de origem.

Portanto, sobretudo em momentos de crise, faz-se necessário o controle sobre o fluxo de capitais financeiros internacionais, para que a política econômica seja soberana, e não fique submetida à vontade dos capitalistas e credores da dívida, que geralmente pressionam pelo corte de gastos sociais - que poderiam gerar empregos. O controle de capitais já foi implementado com sucesso em vários países, como Chile, Malásia, Índia e China.

Propõe-se o questionamento dos dispositivos editados pelo Banco Central a partir dos anos 1990 que, violando leis votadas pelo Parlamento, permitiram a liberalização total dos fluxos de capitais financeiros.

5 - PROPOSTAS APRESENTADAS NA COMISSÃO ESPECIAL DA REFORMA TRIBUTÁRIA (PEC 233)

- Fim das isenções tributárias ao grande capital e da Dedução de Juros sobre Capital Próprio

Em 1995, a Lei 9249 concedeu generosas isenções fiscais ao grande capital. Seu artigo 9º permitiu às empresas deduzirem de seus lucros - reduzindo, portanto, a base de cálculo de IRPJ e CSLL - o montante de juros que teriam pago caso todo o seu capital tivesse sido tomado emprestado. É a “Dedução de Juros sobre Capital Próprio”, e beneficia, principalmente, as grandes empresas capitalizadas, como os bancos.

Propomos, portanto, a revogação do artigo 9º da Lei 9.249/1995.

- Fim da isenção de IR sobre distribuição de lucros e dividendos

O artigo 10º da mesma Lei 9.249/1995 isentou de Imposto de Renda os lucros e dividendos distribuídos aos sócios de uma empresa, estejam eles no Brasil ou no exterior. Um estudo do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal mostrou que essa isenção, somada à perda de receita devido à Dedução de Juros sobre Capital Próprio, provoca uma perda anual de R\$ 11,3 bilhões aos cofres públicos.

Portanto, propomos a revogação do artigo 10º da Lei 9.249/1995.

- Revisão da Lei Kandir

Outra grande isenção fiscal foi instituída em 1996, por intermédio da Lei Kandir (Lei Complementar 87/1996), que isentou de ICMS os produtos primários e semielaborados destinados à exportação. Essa isenção produz uma perda de receita de cerca de R\$ 12 bilhões anuais aos estados, recursos que estão fazendo muita falta, por exemplo, nos hospitais estaduais e municipais. Por outro lado, as principais empresas beneficiadas com essa isenção teriam plena capacidade de voltar a pagar o tributo, já que têm sido beneficiadas com a explosão dos preços das *commodities* nos últimos anos. É o caso da Vale, principal exportadora de minérios do Brasil, que apresentou lucro recorde de R\$ 20 bilhões em 2007. Portanto, tem plena capacidade de arcar com o ICMS.

Dessa forma, propomos a alteração do § 2º do artigo 155 da Constituição, e da Lei Complementar 87/1996.

- Retorno da alíquota de 30% da CSLL do setor financeiro

Uma fonte de receita socialmente justa poderia ser obtida através do aumento para 30% da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Instituições Financeiras. Até 1997, era essa a alíquota vigente para os bancos, posteriormente

reduzida a 15%, apesar dos sucessivos recordes de lucratividade no setor, obtidos devido às elevadíssimas taxas de juros brasileiras (as mais altas do mundo!). Em 2008, os bancos lucraram mais de R\$ 50 bilhões. Isso é mais que todo o gasto com saúde do governo federal em 2009.

Então, nada mais justo do que tributar esse extraordinário ganho dos bancos através do restabelecimento da alíquota de 30% da CSLL, incidente sobre o lucro das instituições financeiras.

Portanto, propomos a alteração do artigo 37º da Lei 10.637/2002.

Caso essas medidas citadas até aqui sejam implementadas, haverá uma receita adicional de cerca de R\$ 35 bilhões anuais para os cofres públicos!

- Fim da isenção de IR sobre ganhos de estrangeiros na dívida interna

Em 2006, o governo Lula, através da Medida Provisória 281 (convertida na Lei 11312), isentou de Imposto de Renda os ganhos dos estrangeiros com a dívida interna. Trata-se de um grande privilégio aos rentistas, não apenas estrangeiros, mas também nacionais, uma vez que os brasileiros podem remeter recursos para o exterior e retornar ao país como “capital estrangeiro”, se beneficiando assim dessa isenção. Essa medida tem estimulado um enorme fluxo de dólares ao país, o que provoca a explosão da dívida interna e mais lucros a quem se utiliza dela. O aumento do fluxo da moeda norte-americana também leva a um enorme prejuízo ao Banco Central (R\$ 93 bilhões no primeiro semestre de 2009), que compra esses dólares, cuja cotação está em queda, dando em troca títulos da dívida interna (que paga juros altíssimos).

Portanto, propomos a revogação da Lei 11312/2006.

- Regulamentação do Imposto sobre Grandes Fortunas

Segundo o Atlas da Exclusão Social - organizado pelo economista Márcio Pochmann -, as 5 mil famílias mais ricas do Brasil correspondem a apenas 0,001% da população, mas têm patrimônio correspondente a 42% do PIB, dispendo cada uma, em média, de R\$ 138 milhões!

Para que o IGF possa ser implementado corretamente, é preciso que haja melhorias na fiscalização tributária, ou então dificilmente os dispositivos desse PLP poderão ser cumpridos.

- IRPF: correção da tabela e reformulação das faixas e alíquotas

Outra injustiça tributária é a correção insuficiente da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física. Entre janeiro de 1996 e janeiro de 2010, a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo foi de 144%, mas nesse mesmo período o limite de isenção do IR foi reajustado em apenas 66,5% (de R\$ 900 para R\$ 1.499,15). Ou seja, ainda resta um reajuste de 46,7% para que recupere o valor real de 1996, que equivaleria hoje a R\$ 2.200!

Além do mais, as atuais faixas e alíquotas não possuem progressividade suficiente, começando a tributar a renda a partir de um patamar muito baixo (R\$ 1.499,15), e já a uma alíquota de 7,5%. Para ser realmente progressivo e poupar

a classe média, o IRPF deveria iniciar sua tributação a partir de uma renda bem maior, e com alíquotas menores (5%, digamos). Por outro lado, nos estratos de renda maiores - apenas alcançados pelos realmente ricos no Brasil -, a alíquota não poderia ser de apenas 27,5%, como é hoje, mas chegar a até 50%, assim como ocorre em alguns países desenvolvidos.

O imposto de renda incidente sobre os rendimentos de pessoas físicas deveria ser calculado de acordo com nova tabela progressiva mensal, em reais, reajustada pelo IPCA correspondente ao ano anterior.

Portanto, propomos a alteração da Lei 11482/2007.

- Fim da DRU

A Desvinculação das Receitas da União é mais uma grande injustiça que tem sido mantida em todas as reformas tributárias realizadas no passado recente. Ela permite que o governo gaste como bem entender 20% das receitas que deveriam se destinar a áreas pré-estabelecidas por lei, como educação, saúde e previdência. Anualmente, a DRU permite que o governo desvie para o superávit primário bilhões de reais da Seguridade Social, verba que poderia - e deveria! - estar sendo destinada a saúde, assistência e previdência social.

Portanto, propomos a revogação do artigo 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

- Reformulação do ITR

Atualmente, o Importo Territorial Rural arrecada apenas cerca de R\$ 300 milhões anuais, o que é um valor muito baixo se comparado, por exemplo, à arrecadação de IPTU de um único bairro de São Paulo. Isso é inaceitável num país que possui uma das maiores concentrações de terra do mundo! O que ocorre é que não há fiscais suficientes para avaliar o valor dos imóveis, que são apenas declarados pelos contribuintes, servindo de base de cálculo para o imposto.

Defendemos o fortalecimento da administração tributária, de modo a se tributar adequadamente as grandes propriedades rurais no país.

- Desoneração da cesta básica

Propomos ainda a seletividade obrigatória do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, de modo a beneficiar os consumidores de produtos básicos, principalmente, os que integram a cesta básica.

6 - COMBATE À CORRUPÇÃO

Luciana Genro votou e se pronunciou publicamente a favor da cassação de todos os deputados envolvidos nos escândalos do mensalão, dos sanguessugas e outros.

- Denúncias de corrupção no governo Yeda

A morte misteriosa do ex-representante do Rio Grande do Sul em Brasília, Marcelo Cavalcante, obrigou o PSOL a compartilhar com o público as informações que vinha levantando sobre casos de corrupção no governo gaúcho, dos quais o assessor tinha conhecimento. “São informações graves e importantes. Marcelo estava prestes a ser ouvido sobre o caso do Detran e negociando sua delação premiada, pois quando abrisse seu arquivo ao Ministério Público Federal também se tornaria réu”, explicou Luciana na ocasião.

Poucos meses depois da denúncia do PSOL, o Ministério Público Federal ajuizou ação de improbidade administrativa contra nove envolvidos na Operação Rodin, que investigava o rombo no Detran. A governadora Yeda Crusius, seu marido, Carlos Crusius, os deputados José Otávio Germano, Luiz Fernando Záchia e Frederico Antunes, o presidente do Tribunal de Contas do Estado, João Luiz Vargas, o ex-secretário Delson Martini, a assessora direta da governadora, Walna Vilarins Menezes, e o diretor do Banrisul Rubens Salvador Bordini foram arrolados como réus. O PSOL pediu, junto com o Fórum dos Servidores Estaduais, o impeachment da governadora Yeda, que acabou derrubado na Assembleia Legislativa, de maioria governista.

- Representações contra Renan e Sarney

O PSOL protocolou, em junho de 2009, representações contra os senadores José Sarney e Renan Calheiros por quebra de decoro parlamentar, devido aos escândalos envolvendo os chamados atos secretos no Senado Federal. O partido cobra a instauração do processo disciplinar no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e investigação dos contratos, das licitações e de atos administrativos de nomeações realizados no período de cada gestão.

- Mensalão do DEM: PSOL é primeiro partido a pedir impeachment de Arruda no DF

O PSOL protocolou, em 2 de dezembro de 2009, pedido de impeachment do governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, e de seu vice, Paulo Octávio, investigados por participar de esquema de pagamentos de propinas a deputados distritais.

- PSOL pede investigação contra Paulinho

O PSOL protocolou, em maio de 2008, no Conselho de Ética da Câmara, representação por quebra de decoro parlamentar contra o deputado Paulo Pereira

da Silva, o Paulinho da Força Sindical. Ele foi acusado de envolvimento em esquema de corrupção e propina envolvendo o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, descoberto pela Polícia Federal na Operação Santa Tereza, em abril.

- Fora Renan! PSOL pede a cassação de Renan Calheiros

Em maio de 2007, o PSOL entrou com representação no Conselho de Ética do Senado contra Renan Calheiros, então presidente da casa, por ter recebido dinheiro de um lobista ligado à construtora Mendes Júnior para pagar contas pessoais. Posteriormente, Renan foi absolvido em sessão secreta do Senado Federal, com votação também secreta. O PSOL entrou no STF com a ADIN - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3955, contra tais sessões secretas, e posteriormente o Senado extinguiu a sessão secreta para deliberar sobre perda de mandato de senador.

- Representação do PSOL provoca renúncia do senador Joaquim Roriz

Joaquim Roriz renunciou depois que a mesa diretora do Senado acolheu a representação do PSOL por quebra de decoro parlamentar contra o senador e enviou o processo para o Conselho de Ética da Casa. Ele foi pego em escuta da Polícia Civil durante a Operação Aquarela, que investigou suposta quadrilha que desviava verbas públicas. O ex-governador do Distrito Federal combinava a partilha de R\$ 2,2 milhões com Tarcísio Franklin de Moura, ex-presidente do BRB - Banco de Brasília. Franklin foi um dos presos na operação. O PSOL também entrou com representação contra o suplente de Roriz, Gim Argello, também por envolvimento nesses escândalos.

- PSOL contra o Mensalão do PT

O PSOL entrou com representações no Conselho de Ética da Câmara e do Senado contra as dezenas de parlamentares envolvidos no escândalo do Mensalão do PT, em 2005. Após a gigantesca “pizza” articulada pela base do governo, o PSOL também encaminhou representação ao Ministério Público, para que tomasse as providências cabíveis. O PSOL também protagonizou a Campanha pela Anulação das Reformas, cujas votações foram compradas pelo mensalão, como as da Previdência, Tributária, Lei de Falências, dentre outras, que também prejudicaram os trabalhadores para privilegiar o setor financeiro.

7 - APOIO À CRIAÇÃO DE FRENTE PARLAMENTARES (PRINCIPAIS)

- Pela Auditoria da Dívida Pública (coordenadora)
- De Combate à Corrupção
- Em Defesa da Exigência do Diploma em Comunicação Social/Jornalismo para Registro Profissional do Jornalista
- Em Defesa da Soberania Nacional
- Em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
- Em Defesa dos Hospitais Universitários e de Ensino
- Em Defesa dos Policiais Militares e Bombeiros
- Mista da Leitura, dedicada ao estímulo e desenvolvimento de iniciativas e políticas de leitura no Brasil
- Pela Reforma Urbana
- Ambientalista
- Da Terra
- De Apoio aos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias
- Em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência
- Pela Livre Orientação Sexual
- Do Esporte
- Em Defesa da Assistência Social
- Em Defesa dos Correios
- Em Defesa da Igualdade Racial
- Em Defesa do Serviço Público
- Em Defesa do Trânsito Seguro
- Em Defesa do Voto Aberto no Parlamento
- Em Defesa dos Aposentados e Pensionistas
- Em Defesa da Cultura
- Em Defesa do Piso Salarial dos Profissionais de Educação

8 - POR UMA AUDITORIA DA DÍVIDA PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL

A dívida pública compromete as finanças do Rio Grande do Sul. Em 2009, o Estado destinou R\$ 2,108 bilhões para o pagamento do serviço da dívida, ou seja, juros e amortizações. Para termos uma noção do quanto significa essa quantia, basta dizer que ela é comparável às despesas com os setores de educação ou saúde, e bem maior que o gasto com outras áreas importantes, como segurança pública, transporte ou assistência social.

E qual tem sido o destino dos vultosos pagamentos das dívidas dos estados para a União? O pagamento da dívida pública federal. Em 2009, os estados e municípios pagaram R\$ 36 bilhões ao governo federal, quantia essa inteiramente destinada ao pagamento da dívida pública da própria União. Mas o pior é que toda essa quantia foi responsável por somente 9% dos juros e amortizações pagos pelo governo federal no ano passado. A União estrangula os estados para obter uma pequena parte do que gasta com os seus respectivos credores financeiros.

Com o acordo de renegociação com a União, realizado em 1998, a dívida do Rio Grande do Sul passou a ser corrigida pelo IGP-DI mais 6% de juros ao ano. Porém, qual a razão de ter sido escolhido o IGP-DI, e não o IPCA, que era o índice utilizado pelo próprio governo para as metas de inflação? Como o IGP-DI possui ligação com a variação do dólar, a União se utilizou das dívidas dos estados para garantir sua dívida junto aos credores financeiros, uma vez que a dívida interna federal estava, na época, fortemente indexada ao dólar, e uma forte desvalorização do real se avizinhava. Como resultado, o IGP-DI apresentou variação de 223,5% entre 1996 (ano de corte da renegociação da dívida) até dezembro de 2009, enquanto o IPCA apresentou variação de 142,5% no mesmo período.

Em 2008, o governo do Rio Grande do Sul anunciou a tomada de um empréstimo do Banco Mundial, no valor de US\$ 1,1 bilhão, divulgando que seria um grande ganho para o Estado. Porém, esse empréstimo serviu para pagar dívida anterior, ou seja, simplesmente se trocou dívida velha por nova. Além do mais, esse empréstimo obriga o Estado a continuar fazendo o “ajuste fiscal” - priorizar o pagamento da dívida em detrimento dos gastos sociais. No contrato de empréstimo com o Banco Mundial, consta explicitamente, por exemplo, que para ter acesso aos recursos o Estado terá de reduzir gastos com pessoal.

Realizamos esse estudo pela primeira vez em 2005 e, em audiência como o então governador Germano Rigotto, apresentamos a ele os resultados, propondo ao governo gaúcho a imediata realização de auditoria da dívida do

Rio Grande do Sul, para que identifiquemos todos os fatores responsáveis pelo crescimento dessa dívida, e possamos, a partir daí, demonstrar a toda a sociedade que nada mais devemos. Parar a sangria das finanças do Rio Grande do Sul através do comprometimento brutal de nosso orçamento com o pagamento da dívida - além da revisão da política de concentração das receitas na esfera federal (devido à Lei Kandir e à arrecadação federal focada em contribuições) - é imprescindível para a adequada prestação de serviços públicos fundamentais ao povo gaúcho e para a necessária valorização do servidor público, massacrado por sucessivos governos que implementaram uma política de arrocho salarial cada vez mais brutal.





Luciana Genro

é deputada federal. Eleita em 2002 com quase 100 mil votos, foi reeleita em 2006 com mais de 185 mil votos. Foi a deputada federal mais votada de Porto Alegre. Professora de inglês, foi eleita deputada estadual em 1994 e novamente em 1998. Militante da esquerda socialista desde 1985, em junho de 2004 ajudou a fundar o PSOL - Partido Socialismo e Liberdade. Em 2008, ganhou o troféu Congresso em Foco, como melhor deputada do Brasil. É dirigente do MES - Movimento Esquerda Socialista, corrente construtora do PSOL.



PSOL
Partido Socialismo e Liberdade

www.lucianagenro.com.br
dep.lucianagenro@camara.gov.br

Em Brasília
Gabinete 203, Anexo IV
Câmara dos Deputados
Fone: (61) 3215-3203
Fax: (61) 3215-2203

Em Porto Alegre
Praça Otávio Rocha, 93
Sala 21 - Centro
Fone: (51) 3022-3749

PSOL/RS
Rua da República, 108
Cidade Baixa
Fone/Fax:
(51) 3029-5049